

Artículo de investigación

# A importância das narrativas descoloniais: o caso da psicologia do trabalho no Rio de Janeiro

Marcus Vinícius do Amaral Gama Santos<sup>1\*</sup> y  
Arthur Arruda Leal Ferreira<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil)

\*Correspondencia: [mvgama@hotmail.com](mailto:mvgama@hotmail.com)

Recibido: 3 jun. 2021 | 1ra decisión: 30 ene. 2022 | Aceptado: 17 oct. 2022 | Publicado: 21 nov. 2022



## Resumo

Este trabalho tem como objetivo discutir a importância de narrativas descoloniais, no geral, e no campo da história da psicologia, em particular. Para isso, toma-se como ponto de partida os resultados iniciais de um estudo empírico publicado recentemente que investigou os diferentes estilos de gestão no âmbito do trabalho no Rio de Janeiro entre 1949 e 1965 a partir da análise das publicações do periódico *Arquivos Brasileiros de Psicologia*. Tais resultados apontaram para uma inadequação entre as interpretações dos estilos de gestão operantes, por um lado, no cenário anglo-norte-americano e, por outro, no Rio de Janeiro. A discussão do presente artigo se centrará nessa inadequação, focando nas diferenças entre como narrativas coloniais e descoloniais concebem a relação entre dados empíricos e matrizes de inteligibilidade e nas consequências historiográficas e metodológicas desta relação.

**Palavras-chave:** decolonialidade, história da psicologia, psicologia do trabalho, historiografia.

## La importancia de las narrativas decoloniales: el caso de la psicología del trabajo en Río de Janeiro

**Resumen:** Este trabajo tiene como objetivo discutir la importancia de las narrativas decoloniales, en general, y en el campo de la historia de la psicología, en particular. Para ello, se toman como punto de partida los resultados iniciales de un estudio empírico de reciente publicación que investigó, a partir de las publicaciones de la revista *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, los diferentes estilos de gestión en el contexto del trabajo en Río de Janeiro entre 1949 y 1965. Estos resultados apuntaban a una inadecuación entre la interpretación de los estilos de gestión que operan, por un lado, en el escenario anglo-norteamericano y, por otro, en Río de Janeiro. La discusión de este artículo se centrará en esta insuficiencia, destacando las diferencias entre cómo las narrativas coloniales y decoloniales conciben la relación entre los datos empíricos y las matrizes de inteligibilidad y las consecuencias historiográficas y metodológicas de esta relación.

**Palabras clave:** decolonialidad, historia de la psicología, psicología del trabajo, historiografía.

## The importance of decolonial narratives: the case of organizational psychology in Rio de Janeiro

**Abstract:** This paper discusses the importance of decolonial narratives, in particular in the field of history of psychology. We consider the initial results of a recently published empirical study investigating the different styles of management within the scope of labor in Rio de Janeiro between 1949 and 1965 through the analysis of the publications of the journal *Arquivos Brasileiros de Psicologia*. Results pointed to an inadequacy between the interpretations of the management styles that operate, on the one hand, in the Anglo-North American scenario and, on the other, in Rio de Janeiro. The discussion of this article focuses on this inadequacy, highlighting differences between how colonial and decolonial narratives conceive the relationship between empirical data and intelligibility matrices and the historiographical and methodological consequences of this relationship.

**Keywords:** decolonization, history of psychology, organization psychology, historiography.

## Aspectos destacados del trabajo

- A utilização acrítica de narrativas dominantes implica a perpetuação da colonização de narrativas.
- A descolonização de narrativas deve se dar principalmente pela formulação de novas matrizes de inteligibilidade.
- Priorizar as fontes empíricas frente às matrizes de inteligibilidade deve constituir um princípio metodológico.
- Formular narrativas descoloniais é um ato político por introduzir perspectivas diferentes no campo da história.

Este trabalho tem como objetivo discutir a importância de narrativas descoloniais, no geral, e no campo da história da psicologia, em particular. Entende-se, por narrativas descoloniais, aquelas que, no que diz respeito à análise historiográfica, não apenas se recusam a meramente importar de forma acrítica matrizes de inteligibilidade já estabelecidas, mas também se esforçam ativamente em propor novas matrizes de inteligibilidade para os fenômenos analisados, levando em consideração as especificidades locais destes.

Para discutir a importância e a relevância de tais narrativas, nos utilizaremos dos resultados iniciais de um estudo que publicamos recentemente (Ferreira et al., 2020) no qual discutimos os diferentes estilos de gestão no âmbito do trabalho no Rio de Janeiro entre 1949 e 1965 a partir da análise das publicações do periódico *Arquivos Brasileiros de Psicologia*. No que diz respeito a este estudo empírico, o ponto principal sobre o qual incidirá a análise do presente trabalho será a inadequação observada entre os estilos de gestão delimitados a partir da narrativa de Rose (1999) sobre o âmbito do trabalho no cenário anglo-norte-americano e o âmbito do trabalho no Rio de Janeiro; inadequação que, em última instância, nos levou a propor, naquele estudo, uma reconfiguração das categorias de análise tendo em vista o material empírico levantado.

Assim, a fim de produzir uma reflexão de âmbito historiográfico e metodológico a partir das implicações descoloniais implicadas pelo citado estudo empírico, o presente trabalho conta com três seções para além desta breve apresentação: (1) discussão da problemática apontada pela perspectiva descolonial e convocação de trabalhos que concebemos como estando em uma mesma linha com o que propomos com o presente trabalho; (2) exposição dos resultados iniciais do estudo recém-publicado (Ferreira et al., 2020) que suscitem questões referentes à colonização/descolonização de narrativas; e (3) discussão historiográfica e metodológica a partir dos dois pontos anteriores, chamando a atenção para as diferenças entre como narrativas coloniais e descoloniais concebem a relação entre dados empíricos e matrizes de inteligibilidade e para as consequências desta relação.

## Descolonizando narrativas na história da psicologia

Já há muito tempo está estabelecida, no campo da história da psicologia, a narrativa

segundo a qual: a psicologia científica surge com o “primeiro” laboratório de psicologia experimental de Wilhelm Wundt em Leipzig no ano de 1879; pesquisadores de todo o mundo interessados na área da psicologia viajaram até Leipzig para receberem seus pós-doutorados no laboratório de Wundt; a psicologia experimental wundtiana sofreu críticas tanto de correntes provindas de outras tradições (e.g., psicologia do ato de Franz Brentano, gestaltismo) quanto de personagens com quem trabalhou (e. g., Külpe, Titchener); houve um grande debate entre a psicologia estruturalista titcheneriana e a psicologia funcionalista principalmente no início do século XX nos Estados Unidos da América (EUA), tanto no que diz respeito a como se deve fazer psicologia quanto no que diz respeito à aplicação do conhecimento psicológico; houve a migração dos psicólogos gestaltistas da Alemanha para os EUA devido à ascensão do nazismo; houve um predomínio do Behaviorismo por volta da metade do século XX, de modo que suprimiu as análises mentalistas; houve por volta dos anos 70 uma revolução cognitivista, abrindo a “caixa-preta” da consciência e dando novamente proeminência às abordagens mentalistas, etc. Esta é a narrativa de inúmeros manuais de história da psicologia, incluindo boa parte dos que encontramos ainda atualmente. Todos nós conhecemos esta narrativa, assim como vários outros antes de nós a conhecem.

Há algum tempo também já se atenta para o fato de que esta narrativa também possui uma história, isto é, surge em uma dada configuração e segundo certas demandas. Em última instância, é uma narrativa que tem suas raízes no livro clássico *A History of Experimental Psychology* (1950/1929), de E. G. Boring, que –deve-se sempre lembrar– era não apenas um experimentalista, mas um dos principais alunos de Titchener, este, por sua vez, sendo um dos mais ávidos defensores da psicologia experimental laboratorial nos EUA do primeiro quarto do século XX. Apesar desta historicização da narrativa estabelecida, apenas mais recentemente esforços mais substanciais foram empreendidos no sentido de expor as consequências advindas da predominância desta narrativa.

Dentre estes esforços, a análise de Brock (2006) é uma das mais precisas em relação a esta narrativa estabelecida. O historiador da psicologia chama a atenção para o fato de que a história da Psicologia desenvolvida nos handbooks norte-americanos é muito fortemente centrada apenas naquilo que diz respeito aos Estados Unidos da América (EUA). Essa centralidade, segundo Brock, se estabeleceria a partir de critérios de inclusão/exclusão (inevitavelmente presentes em quaisquer narrativas), reconhecidos ou implícitos, sendo eles: (1) “Se seu trabalho não teve um grande impacto na psicologia [norte]americana, não importando o quão influente ele tenha sido em outros lugares, ele não conta” (p. 3); (2) “Se seu trabalho teve um grande impacto na psicologia [norte]americana, mesmo sua influência tendo sido limitada ou não existente em outros lugares, ele é uma parte importante da história da psicologia” (p. 4) ; e (3) “Ásia, África, América Latina e Oceania não existem” (p. 4).

Como consequência de uma tal centralidade a partir desses critérios de inclusão/exclusão, ainda segundo Brock (2006), teríamos uma situação na qual: (1) a história da psicologia se confundiria com –ou melhor, se reduziria a– a história da Psicologia nos EUA, o que seria um resultado peculiar, dado que uma tal confusão não se deu com relação a nenhum outro país em nenhum outro momento; (2) a

produção de Psicologia em países outros que não os EUA e os que com ele se relacionaram é desconsiderada.

Este diagnóstico de Brock nos é interessante por expor o pensamento que perpassa essa centralização no que diz respeito à história da psicologia –isto é, se assim podemos nos expressar, o pensamento que subjaz as narrativas colonizantes: “Nós não sabemos nada sobre a história da psicologia nesses países e portanto assumimos que não há nada para saber, ou ao menos nada de qualquer significância” (Brock, 2006, p. 5). A expressão “não haver nada de qualquer significância” pode ser entendida de duas maneiras: (1) no sentido de que as diferenças, apesar de possivelmente grandes, não trazem em si pontos de interesse (ou seja, significantes) para a narrativa dominante, podendo, portanto, ser desconsideradas; ou (2) no sentido de que as diferenças, sendo tão pequenas (ou seja, insignificantes), podem ser desconsideradas sem que haja prejuízo para a narrativa. Como quer que se entenda, a consequência é a de que as diferenças locais podem ser desconsideradas em prol da adoção da narrativa estabelecida, apesar desta ter sido desenvolvida em outro local, com outro contexto, a partir de outras problemáticas.

É precisamente neste ponto que incide a problemática que buscamos discutir: a relação entre a imposição de narrativas colonizantes estabelecidas e a desconsideração das características locais das diferentes localidades em que se desenrolam os fenômenos de interesse. No que diz respeito a esta relação, entendemos que ela se estabelece também, em parte, pelo próprio trabalho historiográfico desenvolvido nos países colonizados quando pesquisadores destes países recorrem de maneira acrítica a narrativas dominantes para fundamentarem seus trabalhos (mesmo quando se trata de fenômenos locais); pois, fazendo isso, tais trabalhos consolidam e perpetuam tais narrativas e, conseqüentemente, a supressão das diferenças locais. Nesse sentido, entendemos que um processo de descolonização das narrativas não pode se dar simplesmente –ou mesmo, primariamente– por um apelo para que não se façam grandes narrativas que se imponham em outros contextos. Em vez disso, deve-se, por meio de um esforço ativo, desenvolver narrativas locais que atentem para as diferenças específicas de cada localidade, expondo e enfatizando a irredutibilidade destas às narrativas dominantes desenvolvidas alhures. A descolonização das narrativas só pode se efetivar a partir da formulação de contranarrativas que atentem para as diferenças locais.

Entendemos que a formulação de contranarrativas descolonizantes já vem sendo realizada em diferentes seções dentro do campo da história da psicologia. Por exemplo, contrapondo a narrativa estabelecida resumida no início desta seção, Pickren (2012) chama a atenção para os diferentes modos pelos quais as práticas laboratoriais, desenvolvidas na Alemanha no final do século XIX, são indigenizadas na mesma medida em que são importadas por outras localidades; neste sentido, o autor expõe como estas práticas foram adotadas em países como EUA e Índia apenas ao preço de serem modificadas e, de algum modo, incorporadas nos mecanismos de resolução de problemáticas próprias a estas localidades.

No que diz respeito à América Latina, estudos recentes também vêm atentando para as especificidades locais, de forma a problematizar a mera aplicação de quadros conceituais ou narrativas estrangeiras aos fenômenos estudados localmente. Nesta linha, o estudo de Madariaga (2018) acerca do Chile problematiza

a redução da História da Psiquiatria no Chile a uma narrativa foucaultiana ou centrada apenas nos internamentos asilares; se opondo a essa redução, a autora convoca e expõe o impacto que tiveram nesta história os discursos de modernização do país no contexto de transição entre estatuto de colônia e de república.

Da mesma forma, estudos brasileiros vêm expondo os perigos de se aplicar narrativas estrangeiras à história da psicologia/psiquiatria no Brasil. O estudo de Engel (2001), atento às especificidades brasileiras, expõe ao menos dois contrapontos em relação às narrativas foucaultianas: (1) que a entrada da psiquiatria no campo jurídico, apesar de demandada, foi consideravelmente mais difícil do que no contexto francês, fato constatado pelos não raros casos em que os discursos psiquiátricos, apesar de solicitados, eram desconsiderados pelas autoridades jurídicas em suas decisões; e (2) que a Psiquiatria no Brasil, de seu surgimento até 1930 ao menos, teve como principal função a reclusão da população considerada louca, atentando, neste diagnóstico, para o fato do Brasil ter uma fortíssima herança escravocrata e também para os fortes discursos de modernização do país.

É importante, para o presente trabalho, ressaltar que tanto o trabalho de Madariaga (2018), quanto o de Engel (2001) não se propõem a romper completamente com as narrativas e os conceitos foucaultianos. Em vez disso, ambas as autoras propõem o diálogo entre as narrativas foucaultianas e os aspectos locais dos contextos analisados, contudo, sempre marcando a irredutibilidade destes a aquelas. Neste sentido, é importante destacar que narrativas descoloniais não necessariamente implicam uma recusa completa de narrativas, autores, conceitos, etc. provenientes de estudos em outras localidades. O que caracteriza, segundo nosso entendimento, as narrativas descoloniais é não apenas a recusa de se reduzir as narrativas locais a narrativas estabelecidas por outras localidades, mas principalmente a proposição ativa de narrativas que levem em consideração as especificidades próprias às localidades analisadas, podendo esta proposição ser feita em completo rompimento ou em diálogo (especificação, contraposição, etc.) com narrativas estabelecidas.

Outro estudo brasileiro, talvez mais próximos do presente trabalho, é o de Fonseca et al.(2017), no qual os autores problematizam a tentativa desenvolvida por certas narrativas brasileiras de erigir o polaco Waclaw Radecki –considerado um dos pioneiros da Psicologia no Brasil– ao mesmo estatuto que Wilhelm Wundt possui em relação à Psicologia na Alemanha, ou seja, ao estatuto de pai fundador. Neste sentido, problematizam as narrativas pautadas por grandes nomes e grandes feitos, buscando uma outra via, mais específica, que não se limite a uma repetição em contexto nacional de narrativas estrangeiras.

Mais recentemente, duas teses de doutorado (Fonseca, 2020; Rosa, 2020) também problematizam as delimitações estabelecidas no campo da história da psicologia no Brasil. Rosa (2020), para além de uma divisão entre ciência e senso-comum/religião, aborda simetricamente os diferentes autores nacionais que deram o nome de “Psicologia” a seus objetos de estudo, abordagem que possibilita incluir positivamente diversos outros atores na narrativa: espíritas, literatos, políticos, etc. Com essa abordagem, o autor questiona o script da história da psicologia no Brasil estabelecida, que se restringe à repetição de uma mesma narrativa, com

personagens que parecem cumprir sempre os mesmos papéis.

Fonseca (2020), por sua vez, desenvolve uma história local sobre o Instituto de Psicologia (IP) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) chamando a atenção para o fato de que esta história é muito mais descaminhada do que poderia parecer se seguissemos a narrativa estabelecida sobre a história da psicologia no Brasil. Esta última é marcada por uma divisão em fases (Pré-Institucional, Institucional, Autonomização, Consolidação, Profissionalização) e por uma ideia de progresso; Fonseca, em contraposição, expõe que a história do IP da UFRJ possui diversas reviravoltas por conta de contingências históricas muito específicas, de tal modo que não se encaixa nessa divisão por fases e nem em uma ideia de progresso linear.

É essa linha de estudos históricos que pretendemos seguir no presente trabalho, na medida em que atentaremos para um problema que percorre todos estes trabalhos discutidos – o problema de se adotar narrativas estrangeiras de forma acrítica para analisar fenômenos que se desenvolveram em outras localidades. Com isso, buscaremos expor como a desconsideração do desenvolvimento de saberes e práticas locais pode ser danoso para a historiografia, uma vez que possibilita a perpetuação de narrativas infundadas. Para isso, nos valeremos de um estudo recém-publicado (Ferreira et al., 2020) no qual investigamos os diferentes estilos de gestão – isto é, os diferentes modos pelos quais se buscou intervir ou no trabalhador, ou no trabalho realizado, ou nas relações de trabalho visando a maximização da produtividade – em textos de psicologia do trabalho no Rio de Janeiro publicados no periódico *Arquivos Brasileiros de Psicologia*. O resultado inicial desta pesquisa apontou para a impossibilidade de se reduzir os estilos de gestão praticados no Rio de Janeiro à narrativa desenvolvida por Rose em seu livro *Governing The Soul* (1999). É a partir desta constatação que, na terceira seção do presente trabalho, proporemos uma discussão acerca da importância de narrativas descoloniais no campo da história da psicologia.

## **Psicologia do trabalho em cenários centrais e periféricos na produção de conhecimento**

### **Psicologia do trabalho no cenário anglo-norte-americano**

Em *Governing The Soul* (1999), Nikolas Rose analisa a capilarização e o empoderamento do expertise psicológico no campo da psicologia do trabalho no cenário anglo-norte-americano, sugerindo que este movimento se articula ao avanço de um programa liberal quanto aos modos de gestão, o qual acarreta o desmantelamento gradativo de práticas administrativas coercitivas em prol de tecnologias que comportam um maior grau de liberdade dos sujeitos abordados. Este processo se expressa no próprio vocabulário psicológico que, se inicialmente ligado a práticas disciplinares, faz base ao surgimento da subdisciplina ergonômica e, posteriormente, do fenômeno do empreendedorismo. Sem que pudéssemos propriamente pensar em fases que se eliminassem reciprocamente, em nosso trabalho (Ferreira et al., 2020) configuramos –seguindo a narrativa desenvolvida por Rose (1999), principalmente na segunda parte do livro– três grandes estilos de gestão que servem para classificar a psicologia do trabalho.

Um primeiro estilo poderia ser nomeado por aproximação como “disciplinar”, presente desde o início do século XX, antes mesmo da Primeira Guerra Mundial. Neste momento as intervenções buscavam um ajustamento ótimo do trabalhador ao trabalho mediante a utilização de técnicas de inscrição, tais como testes de aptidão e estudos sobre a fadiga. As intervenções se restringem ao ambiente de trabalho, buscando uma maximização de rendimento. Nas palavras de Rose:

Esses primeiros estudos de fadiga industrial, em geral, construíam o trabalhador como um aparato fisiológico cujos atributos deviam ser analisados, calculados e ajustados à configuração do trabalho –iluminação, descanso, pausas, disposição do banco e assim por diante– a fim de minimizar a fadiga e maximizar a eficiência (Rose, 1999, p. 65).

Rose (1999) indica que, neste movimento, a psicologia do trabalho elabora suas técnicas em consonância com os aparatos disciplinares emergentes: as normas de programas experimentais em psicologia, condição para seu suposto estatuto científico. É neste momento que seria possível encontrar manifestações em linhas como as de Frederick W. Taylor, embasada no monitoramento do trabalho conforme o tempo de produção.

Quanto ao segundo estilo, o qual denominamos “ergonômico”, encontraríamos a emergência de vetores contrapostos aos objetivos inicialmente disciplinares da primeira tendência. Apesar de ainda se restringirem à realização de tarefas, as intervenções, em sentido contrário, indicam que estas tarefas devem se adaptar às naturezas psíquicas e sociais do indivíduo trabalhador. Nova visibilidade é conferida ao que antes apareceria apenas como um conjunto de variáveis estranhas na busca de eficiência, e estas passariam a orientar as próprias intervenções dos psicotécnicos. Aqui ganha destaque a ergonomia, que busca um ganho de eficiência através da adaptação do trabalho a uma natureza psicofisiológica dos indivíduos trabalhadores, que inclui uma configuração psicológica particular em termos de vetores intelectuais e afetivos. Nas palavras de Rose:

Era mais uma questão de ajustar o trabalho ao homem e o homem ao trabalho. O trabalhador, é dizer, deveria ser individualizado em termos da composição e das idiossincrasias psicológicas particulares dele ou dela, o trabalho [deveria ser] analisado em termos de suas demandas sobre o trabalhador, e os recursos humanos deveriam corresponder às demandas ocupacionais. A orientação e seleção vocacional ajustariam o recrutamento ao trabalho por meio de um cálculo psicológico de adequação, o estudo do movimento e a análise de períodos de descanso e trabalho, a configuração de tarefas e materiais e assim por diante, ajustariam o trabalho à psicofisiologia e à psicologia do trabalhador (...) O trabalhador possuía uma vida subjetiva complexa que necessitava ser entendida se era para a indústria realmente levar em consideração o fator humano (Rose, 1999, p. 68).

Esta tendência ganha corpo no período entre-guerras mundiais e tem como principal proponentes, na Inglaterra, o psicólogo industrial Charles Samuel Myers e, nos Estados Unidos, o psicólogo industrial Elton Mayo.

Por fim, há um terceiro estilo de matiz claramente empreendedorista, as técnicas



atuam na articulação entre as esferas pessoais e profissionais. Os empregados deverão se realizar não apesar, mas através do trabalho, este devendo alinhar suas condições e objetivos à ética do self empreendedor. Tal ética compartilha da compreensão de que o ser humano porta um self aspirante à autonomia e liberdade, devendo buscar significado em sua vida através de atos de escolha. Haveria aqui uma radicalização no que Rose designa como a condução liberal da conduta, uma vez que as intervenções coercitivas seriam cabais impeditivos a um movimento natural dos empregados em busca, inclusive, de excelência no exercício de suas tarefas. Neste estilo empreendedorista, surgido em meados dos anos 1970, a eficiência é alcançada no entrelaçamento entre as esferas psicológicas e profissionais; aqui o indivíduo é concebido como como um self em busca de autorrealização e o trabalho como local para afirmação e construção desta identidade.

### Psicologia do trabalho no Rio de Janeiro

Nosso trabalho documental consistiu na análise dos discursos sobre a área do trabalho em artigos publicados na revista *Arquivos Brasileiros de Psicologia* entre 1949 e 1965 (data de criação de alguns cursos de psicologia no país), buscando, com isso, determinar quais tipos de discursos predominavam, em que momento cada um dos discursos despontava e quais transformações ocorreram neste campo discursivo.

É importante destacar aqui a relação entre os diferentes discursos e os diferentes estilos de gestão, pois utilizaremos recorrentemente estes termos em nossa análise. Entendemos por estilos de gestão as diversas estratégias utilizadas nos ambientes de trabalho, sendo estas relacionadas com determinados dispositivos para atingir certas finalidades específicas; assim, entendemos que os estilos de gestão possuem uma certa coerência estratégica no seu modo de funcionamento, no sentido de que as diferentes estratégias são encadeadas em um processo que visa um certo resultado. Os discursos referentes a cada um dos estilos de gestão são instrumentos para a realização desses modos de gestão, mas, ao mesmo tempo, expõem as concepções que guiam o modo de funcionamento do modo de gestão a que se referem; os discursos são o efetivamente dito, aquilo que encontramos nos artigos analisado, mas que apontam para os modos de gestão que eles, ao mesmo tempo, visam e desenvolvem.

Nossa estratégia metodológica de análise dos textos consistiu, de início, em dividirmos as participações da expertise psicológica no campo do trabalho segundo os três estilos de gestão delimitados a partir das considerações de Rose (1999): o “disciplinar”, o “ergonômico” e o “empreendedorista”. Buscamos diferenciá-los considerando suas problematizações, da mesma forma que as transformações operadas no modo de exercício da autoridade. Todavia, ao analisarmos os artigos presentes na revista *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, observamos que as categorias propostas por Rose (1999) não dão conta da especificidade do material investigado.

Durante a análise documental, foi possível observar a existência de textos com um tipo de discurso muito específico, que mesclava componentes de diferentes discursos considerados por Rose (1999), mas que não se adequava inteiramente a nenhum dos estilos de gestão demarcados a partir da narrativa daquele autor. Se

tratam de textos que claramente estão atentos à singularidade das características dos trabalhadores, mas que não se igualam nem com o discurso ergonômico, nem com o empreendedorista. Apontam para a necessidade de se centrar nas características do trabalhador, mas não exatamente em seus aspectos psicofisiológicos (como no estilo ergonômico), e sim nos traços de sua personalidade. Falam da autenticidade e da motivação do trabalhador, mas não se aproximam de qualquer tema referente ao engajamento em um projeto de constituir-se em alvo de um empreendimento. Neste aspecto, estes artigos voltam-se para o que é designado como personalidade do trabalhador, embora raramente definindo de forma conceitual ou cautelosa quanto a este sentido. Na falta de uma unidade sistemática, classificamos estes textos como discursos e práticas do trabalhador como expressão de uma personalidade autêntica. Neste sentido, constituímos este como um terceiro estilo de análise, colocando os discursos empreendedoristas como um quarto estilo, de forma que passamos a ter quatro estilos: I – Disciplinar; II – Ergonômico; III – Personalista e Relações Humanas; IV – Empreendedorista.

O detalhamento de cada um destes estilos de gestão no campo do trabalho tal como encontrado e analisado na revista *Arquivos Brasileiros de Psicologia* pode ser encontrado em nosso trabalho recém-publicado (Atuores et al., 2020). Para o presente trabalho, que busca discutir a importância das narrativas descoloniais, centraremos a discussão no terceiro estilo de gestão que utilizamos (III – Personalista e Relações Humanas), precisamente o que tivemos que estabelecer a partir do que as fontes documentais nos expunham. O tipo de discurso que permeia este estilo de gestão foi o que mais nos surpreendeu na ocasião: primeiro, pelo fato de estar numa posição mediana entre os discursos ergonômicos (tomando a perspectiva do trabalhador, mas pela sua personalidade e relações humanas) e os discursos empreendedoristas (abordando o trabalhador a partir de uma personalidade autêntica e ativa, mas sem trabalhar qualquer tema relacionado ao empreendedorismo); e, também, pelo fato dos artigos que veiculavam predominantemente este discurso superarem numericamente os do segundo estilo (II – Ergonômico).

Assim, os artigos de estilo personalista e de relações humanas são caracterizados por duas ideias principais: (1) a ideia que os seres humanos possuem personalidades, sendo estas caracterizadas por necessidades, aptidões e habilidades, sendo –para alguns autores desse estilo– algumas dessas variáveis comuns ou a todos os seres humanos, ou aos trabalhadores, ou ao contexto do trabalho; (2) a ideia de que tais necessidades humanas podem e devem ser satisfeitas no contexto do trabalho por um aprimoramento das relações humanas que ocorrem neste. Tendo isso como fundamento, as principais propostas dos autores desse estilo para o ambiente do trabalho são: (1) levar em consideração as necessidades, aptidões e habilidades de cada trabalhador de modo a alocá-lo no trabalho que seja mais condizente com os traços de sua personalidade; e (2) desenvolver as relações humanas que se dão no contexto do trabalho de modo que os trabalhadores possam satisfazer as suas necessidades (físicas, psicológicas, intelectuais, afetivas etc.) de modo a serem mais produtivos.

Para além dos traços singulares que caracterizam este estilo de gestão, diferindo-o

dos outros, nos interessa aqui, principalmente, os casos em que encontramos, nestes discursos, elementos característicos de discursos referentes a outros estilos de gestão. Neste sentido, dentre os artigos referentes ao estilo de gestão personalista e de relações humanas investigados, destacamos os de Bonfim (1953), Carvalhaes (1960), Cordeiro y Frost (1960) e Freitas (1960).

Tomado o texto de de Bonfim (1953), entre as pontuações acerca da necessidade de se respeitar as necessidades subjetivas e a personalidade do trabalhador, principalmente por meio de um aprimoramento nas relações humanas, encontramos a demarcação de que: “o principal fator para se conseguir uma alta produtividade é a vontade que os operários têm de produzir mais, para ganhar mais” (p. 87). Consideração com traços similares ao estilo empreendedorista de gestão destacado por Rose (1999), no qual os discursos sustentam que não deve haver tensionamento entre o desejo de realização pessoal do trabalhador e o seu próprio trabalho, ou seja, que a realização do trabalhador deve se dar através de seu próprio trabalho. Não é possível afirmar que esta consideração marginal no trabalho de Bonfim (1953) faz dele um precursor ou um antecipador do estilo empreendedorista e nem que o que ele diz em sua breve consideração é exatamente o que será sustentado, na sequência, pelos discursos empreendedoristas. Diferentemente, apontamos que há uma especificidade no discurso de Bonfim (1953) que ativa aspectos distintos de um discurso estritamente personalista e de relações humanas; em outras palavras, que o que ele diz em 1953 possui elementos que em um momento posterior serão retomados, mas em uma configuração diferente, com propósitos e racionalidade diferentes.

No caso de Carvalhaes (1960), destacamos a presença de componentes de dois outros discursos: o do estilo disciplinar e o do estilo empreendedorista. Entre argumentações acerca do trabalho como uma necessidade humana para dar conta das contingências da vida e acerca do aprimoramento das relações humanas como uma forma de melhorar a situação financeira de uma organização, encontramos: (1) não apenas a concepção da “psicologia como meio de ajustamento do homem ao trabalho” –abordagem que remonta aos discursos do estilo disciplinar; (2) mas igualmente a distinção entre ter a capacidade de trabalhar e o desejo de trabalhar o máximo: “Uma coisa é termos capacidade para executar um trabalho e outra é usá-la com desejo de produzir o máximo” (p. 80) –distinção que destaca o desejo de produzir o máximo como elemento constitutivo de um trabalhador de qualidade, própria dos discursos empreendedoristas.

Por sua vez, no caso de Freitas (1960), o elemento singular que surge é referente ao estilo ergonômico de gestão. Entre considerações acerca dos impulsos, temperamentos e aptidões, todos eles inatos, que constituem parte fundamental da personalidade humana, nos deparamos com a prescrição de que o trabalho humano “deve ser escolhido de acordo com as aptidões e potencialidades psico-físicas de cada indivíduo” (p. 75). Prescrição esta que se aproxima dos discursos ergonômicos por valorizar as aptidões e as potencialidades psicofísicas para a alocação dos indivíduos aos próprios postos de trabalho.

Por fim, no artigo de Cordeiro e Frost (1960), entre discussões acerca da motivação e da estrutura de necessidades dos indivíduos e acerca de propiciar relações humanas que obtenham segurança para os trabalhadores, é possível encontrar

argumentações sobre a necessidade de se estimular a independência e a autorrealização dos operários, a partir da premissa de que “o operário deve crescer de tal maneira que possa se tornar um cidadão industrial adulto e independente” e de se estimular “êste desenvolvimento da independência no processo de autorrealização do operário” (p. 68). Estes termos –independência e autorrealização– já considerados, mesmo que pontualmente, no artigo terão grande importância, posteriormente, nos discursos empreendedoristas.

É importante ressaltar que todos estes discursos retomados aqui são predominantemente do estilo personalista e de relações humanas. Os elementos dos outros três tipos de discurso que neles aparecem são como fulgurações, uma vez que só aparecem de forma destacada e passageira nos textos, sem nenhum desenvolvimento apropriado. Fazemos esta ressalva –apesar de já termos anteriormente tentado enfatizar que estes elementos aparecem de forma pontual em meio a vastas discussões acerca da personalidade humana e das relações interpessoais – para que nossa ênfase nos elementos de outros discursos não leve a crer que eles predominam nestes discursos.

## **Discussão: A importância de narrativas descoloniais**

A partir da discussão bibliográfica e da exposição dos manejos empreendidos no estudo empírico supracitado, a discussão que pretendemos propor em relação às narrativas descoloniais incide principalmente neste ponto: qual a importância de narrativas descoloniais? Para responder esta pergunta, entretanto, é necessário retomar a discussão bibliográfica da primeira seção e articulá-la com as questões metodológicas e historiográficas propiciadas por nosso estudo empírico.

Primeiramente, é necessário retomar a ideia consequente da análise de Brock (2006) de que as narrativas dominantes, como todas as narrativas, se constituem por meio de critérios de inclusão/exclusão de componentes, mas têm a especificidade de se tornarem dominantes por uma questão institucional que diz respeito à possibilidade de transmissão dessa narrativa entre gerações (no caso analisado por Brock, por meio de handbooks) e por uma contingência histórica que torna esta narrativa suscetível de ser adotada em outras localidades de forma acrítica (no caso analisado por Brock, o pouco interesse e desenvolvimento da área de história da psicologia em países que não os EUA). O estabelecimento de uma narrativa enquanto dominante –por meio desses processos– é o que possibilita com que a história produzida em uma localidade sobre um dado fenômeno passe a ser considerada a história do próprio fenômeno. A colonização de narrativas se dá precisamente por este processo de constituição e generalização de narrativas dominantes.

Mais precisamente, o processo de colonização de narrativas é justamente o processo segundo o qual narrativas produzidas em uma dada localidade passam a valer para outras localidades sem que se considere as diferenças entre a primeira e as segundas. Tal processo maior pode se dar de diversas formas, mas buscaremos delimitar dois processos que atuam em conjunto para a efetivação e manutenção da colonização: o processo de imposição autoritária, na qual uma narrativa constituída localmente é imposta sobre outras localidades, desconsiderando as possíveis diferenças entre as localidades; e o processo de reprodução passiva, na qual uma dada localidade aceita e reproduz acriticamente uma dada narrativa dominante,

utilizando-a de forma estrita para analisar fenômenos locais, sem questionar a validade de um tal procedimento.

Para abordar estes dois processos, vale uma analogia com o processo de colonização de povos empreendida a partir do século XVI com as “grandes navegações”. No caso do Brasil, éramos uma grande terra povoada por diversas tribos de índios com diferentes costumes, formas de organização e línguas. Com a chegada dos portugueses, uma série de costumes, instituições, língua, religiões, etc. desenvolvidas em solo português foram impostas de forma autoritária aos índios com os quais os portugueses entraram em contato. Estes costumes, instituições, língua, religiões, etc. foram perpetuados em solo brasileiro pela longa presença e domínio dos portugueses sobre a terra brasileira. As gerações subsequentes passaram, no geral, a reproduzir passivamente esta série de materialidades instituídas por Portugal, mesmo após o Brasil adquirir total independência. Este é, resumidamente, um processo de colonização de povos.

Pensemos agora no processo de colonização de narrativas. No caso do Brasil, no que diz respeito às narrativas sobre história da psicologia, podemos pensar – corroborando a concepção de Brock (2006)– em um primeiro momento no qual, na escassez de pesquisadores na área de história da psicologia em território nacional, traduz-se para o português handbooks estadunidenses de história da psicologia, de tal forma que há a adoção completa desta narrativa e várias gerações de psicólogos se formam estudando-a. Em um segundo momento, os novos pesquisadores brasileiros em história da psicologia passam a tomar acriticamente essas narrativas como base ou como ponto de partida para realizar suas próprias investigações; neste sentido, há uma reprodução passiva desta nova narrativa em outros trabalhos. Com isso, há a estabilização de uma narrativa dominante, uma colonização de narrativas.

Pensando ainda nesta analogia, o que constituiria o processo de descolonização? Uma descolonização dos povos não é um processo que se dá simplesmente de cima para baixo, no sentido de que depende apenas de que os países colonizadores deixem de influenciar diretamente o país colonizado; uma vez que há reprodução passiva –isto é, acrítica– de conteúdos colonizantes pelos próprios colonizados, não se trata apenas de expulsar os colonizadores. Em vez disso, a descolonização dos povos se dá, primeiramente, pelo estranhamento dos colonizados em relação aos conteúdos colonizantes (que, uma vez reproduzidos passivamente, tinham sido naturalizados) e, com isso, em segundo lugar, por um esforço ativo por alterá-los. No caso do Brasil, a descolonização atualmente é convocada principalmente por parte da população negra e indígena, que –por meio de certos dispositivos (coletivos, associações, reivindicações políticas, etc.)– passam a estranhar certos conteúdos que compõem nossa vida diária (padrões de beleza, relações de trabalho, discriminações, etc.) e buscam mudar esta realidade colonizada. É interessante notar que esta crítica se dá por meio de uma retomada das raízes, retomando conteúdos que seriam dos povos de origem (no caso do Brasil os índios que já viviam aqui e a grande quantidade de negros africanos trazidos com a colonização) e, com isso, pelo esforço de reconstrução de uma memória cultural, reconstituindo o que significa ser e se afirmar negro ou índio.

Podemos entender a descolonização das narrativas como algo análogo. Não basta simplesmente termos handbooks em língua brasileira produzidos por brasileiros, se

a narrativa contada é a mesma dos handbooks norte-americanos, que, como vimos com Brock (2006), só contam a história da psicologia que se relaciona com os EUA. Nesse sentido, uma vez que já houve reprodução passiva, acrítica, deste conteúdo colonizante, nossas próprias narrativas já estão entranhadas por este. É essencial a um processo de descolonização das narrativas o estranhamento por parte dos colonizados frente às narrativas dominantes e, com isso, um esforço ativo por contrapor estas narrativas. Tal como no caso da descolonização dos povos, a descolonização de narrativas deve se dar por uma retomada das raízes, pela retomada do que é próprio à localidade e que não se deixa reduzir aos conteúdos colonizantes; da mesma forma, deve se dar também pela reconstrução de uma memória histórica, pela formulação de narrativas locais que se contrapõem às narrativas dominantes.

Pois bem, uma vez que concebemos que o processo de descolonização deve se dar de baixo para cima, a partir de um estranhamento por parte dos próprios colonizados, e que isso só é possível uma vez que se atenta ao que escapa aos conteúdos colonizantes, a próxima pergunta que aparece é: como desenvolver, na prática, narrativas descolonizantes?

Respondendo a esta pergunta, não pretendemos ditar um modelo ou dar conta de todas as respostas possíveis. Concebemos que as estratégias descolonizantes são muito diversas e, em grande parte, dotadas de uma imprevisibilidade que é própria à sua eficácia. Neste sentido, remetendo a nosso estudo empírico, buscaremos discutir princípios historiográficos e metodológicos que concebemos como úteis para o desenvolvimento de narrativas descolonizantes.

Como apontamos brevemente na primeira seção quando nos remetemos aos trabalhos de Madariaga (2018) e Engel (2001), concebemos que um trabalho de descolonização de narrativas pode se dar em diálogo e se valendo de narrativas estrangeiras e, mesmo, estabelecidas. O que caracteriza um trabalho de descolonização de narrativas não é tanto as fontes que se utiliza quanto o grau de atenção que se dá às especificidades locais, impedindo-as de serem desconsideradas, suprimidas ou reduzidas. Neste sentido, em nosso trabalho empírico (Ferreira et al., 2020), embora ele tenha sido idealizado a partir da narrativa de Rose (1999) e embora tenhamos nos valido da narrativa do autor, o que constituiu –durante o processo– nosso trabalho como de teor descolonizante foi o nosso estranhamento ao compararmos os artigos analisados com a narrativa de Rose e o consequente esforço ativo de afirmação das diferenças encontradas, em vez de reduzi-las à narrativa que tínhamos por base.

Assim, um princípio metodológico que podemos conceber como necessário para o desenvolvimento de narrativas descolonizantes é: sempre dar primazia às fontes em detrimento das narrativas. Isso implica em que o pesquisador deve ser muito cuidadoso e responsável no uso que faz de grandes narrativas ou narrativas estabelecidas, uma vez que há sempre a possibilidade de se estar impondo, sobre as fontes, conteúdos extrínsecos a elas. Se trata de uma responsabilidade tanto epistemológica –uma vez que diz respeito à validade ou não da aplicação da narrativa– quanto política –uma vez que a aplicação indevida de narrativas dominantes contribui para a sua perpetuação e difusão, reatualizando o processo de colonização a partir de baixo.

Nesse sentido, o modo que encontramos, em nosso estudo empírico, para fazer valer este princípio metodológico de modo a não correr o risco de imposição de uma narrativa estranha às fontes foi extrair as categorias de análise das próprias fontes. Em tal estudo, em um primeiro momento, procedemos a análise da narrativa desenvolvida por Rose (1999) e formulamos a partir dela três classes de estilos de gestão. O passo seguinte foi analisar as fontes dos *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, não no intuito de simplesmente aplicar as classes de estilo de gestão formuladas a o que encontrássemos nas fontes, mas, em vez disso, para justamente podermos comparar/contrastar os dois casos. Metodologicamente, a análise da narrativa de Rose (1999) foi feita antes da análise dos artigos dos *Arquivos Brasileiros de Psicologia* simplesmente para que, quando procedêssemos esta última, a comparação com a narrativa de Rose, previamente analisada, pudesse ser realizada em detalhe. Foi apenas por esse procedimento em duas etapas que pudemos tanto confirmar a existência de discursos referentes aos estilos de gestão disciplinar e ergonômico, quanto observar um tipo muito específico de discurso –o referente a o que nomeamos de estilo de gestão personalista e de relações humanas– que misturava em si elementos dos outros estilos de gestão.

É justamente isso o que entendemos por um uso crítico de narrativas –que positiva o que, sendo específico, não se enquadra à narrativa– em contraposição a um uso acrítico de narrativas –que, dando primazia à narrativa, enquadra os dados empíricos à narrativa, mesmo ao custo da supressão das diferenças. Pois, em nosso estudo, poderíamos ter agido de forma simplesmente acrítica, suprimindo as diferenças encontradas nos artigos e adequando cada caso a um dos estilos de gestão formulados a partir da narrativa de Rose (1999). Quanto a isso, cabe indagar: o que perderíamos se procedêssemos desta forma? O que ganhamos procedendo de forma crítica?

Neste ponto chegamos ao cerne da questão da importância das narrativas descolonizantes –embora entendamos que a resposta a esta questão tenha percorrido tudo o que discutimos até agora. Um ponto para o qual devemos atentar agora é o de que a relação entre a descolonização dos povos e a descolonização de narrativas é mais do que uma analogia. A descolonização dos povos se faz também pela descolonização de narrativas, sendo esta um instrumento de luta política para aquela. Nesse sentido, a descolonização de narrativas possui uma implicação política muito direta e que diz respeito à possibilidade de que diferenças coexistam.

As grandes narrativas, por meio de seu estabelecimento e de sua estabilização, acabam por reduzir as diferenças a um Mesmo, que é a própria narrativa dominante. A positivação das Diferenças pelas narrativas descolonizantes tem como horizonte último a implosão desse Mesmo unitário, possibilitando com que todas as pequenas diferenças sejam positivadas e tenham suas existências reconhecidas. Em última instância, a descolonização de narrativas diz respeito à defesa de que nosso universo é múltiplo, ou melhor, que habitamos não um universo, mas sim um multiverso (Latour, 2004). Assim, a importância das narrativas descoloniais é possibilitar constituir esse multiverso por meio da multiplicação das versões (Despret, 2018).

No caso da história da psicologia, isso implica em expor os diferentes modos pelos quais as configurações de conhecimentos, personagens, instituições, etc. se

estabeleceram, levando em consideração a história de cada localidade sob análise. Por mais que possamos fazer uma divisão ampla entre colonizadores e colonizados, a história de cada processo de colonização é muito específica, assim como a história de cada localidade antes e depois dos processos de colonização; os dispositivos utilizados tanto para colonizar quanto para descolonizar também variam.

Cumprindo às narrativas descoloniais em história da psicologia expor as especificidades envolvidas na produção de práticas e saberes locais, com isso, afirmando a existência das mais diversas formas de psicologia, positivando as diferenças e lutando contra a unificação em grandes narrativas. Nesse sentido, a importância das narrativas descoloniais é coextensiva à sua implicação política de afirmação da diversidade e de composição de um multiverso.



## Referencias

- Boring, E. G. (1929/1950). *A history of experimental psychology* (2da ed.). Appleton-Century-Crofts.
- Bonfim, A. (1953). Relações humanas e produtividade. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, 5(4), 83-91.
- Brock, A. (2006). Introduction. Em A. Brock (Ed.), *Internationalizing the history of psychology* (pp. 1-15). New York University Press.
- Carvalhaes, J. (1960). Alguns fatores psicológicos da produtividade. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, 12(1), 77-82.
- Cordeiro, L. y Frost, C. (1960). A função de liderança na supervisão de operários. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, 12(1), 65-69.
- Despret, V. (2018). *¿Qué dirían los animales si hiciéramos las preguntas correctas?* Cactus.
- Engel, M. G. (2001). *Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios*. Fiocruz.
- Ferreira, A. A. L., Santos, M. V. A. G., Monteiro, G. G. y Fonseca, L. E. P. (2020). Governamentalidade e práticas psicológicas: modos de gestão nos artigos brasileiros de psicologia do trabalho (1949 a 1965). *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 71(3), 64-87.
- Fonseca, L. E. P. (2020). *Os (Des)caminhos da Psicologia no século XX: Um estudo sobre a história do Instituto de Psicologia da UFRJ*. Tese de doutorado inédita. Programa de Pós-Graduação em História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Fonseca, L. E. P., Rosa, H. L. R. S. y Ferreira, A. A. L. (2017). Yes, nosotros tenemos a Wundt: Radecki y la historia de la psicología en Brasil. *Tesis Psicológica*, 11, 36-53.
- Freitas, E. (1960). Dinâmicas da personalidade: fatores culturais na motivação da conduta humana. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, 12(3), 71-76.
- Latour, B. (2004). How to talk about the body: The normative dimension of science studies. *Body & Society*, 10(2-3), 205-229.
- Madariaga, J. C. (2018). El zapato de Cenicienta: outra versión de los inicios de la psiquiatria en Chile. *Revista de Historia de la Psicología*, 39(1), 24-30.
- Pickren, W. E. (2012). Water of March (Águas de Março): circulating knowledge, transforming psychological science and practice. En. Lourenço, E.; Assis, R. M. de; Campos, R. H. F. (Eds.), *História da psicologia e contexto sociocultural – pesquisas contemporâneas, novas abordagens* (pp. 17-46). PUC Minas.
- Rosa, H. L. R. S. (2020). *O burburinho das almas: querelas e outras histórias da psicologia brasileira*. Tese de doutorado inédita. Programa de Pós-Graduação em História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Rose, N. (1999). *Governing the soul: The shaping of the private self*. Free Association Books.